

PATRIMÓNIO AO SERVIÇO DO TURISMO

J. M. Pereira de Oliveira*

Resumo

As relações entre "Património" e "Turismo" merecem sem dúvida uma reflexão contínua e cada vez mais aprofundada.

O pensamento científico avança cada vez mais no sentido de analisar correctamente as causas e as consequências dessas relações.

Por outro lado, a importância económica crescente dos factos de turismo, fazem passar muitas vezes para segundo plano, quer as elucidações resultantes das referidas análises científicas, quer os parâmetros antropológicos do próprio fenómeno turístico. O crescimento económico "a outrance", sobre põe-se ao desenvolvimento.

Além de outros aspectos, o património - especialmente o património histórico-cultural - aparece neste contexto como um objecto de consumo gratuito, pelo menos nem sempre considerado como digno de auferir benefícios, para a sua salvaguarda, preservação, conservação ou restauro, provenientes do rendimento do turismo.

O problema, porém, só poderá ter solução através da Educação.

Palavras Chave: Património. Turismo. Crescimento económico. Desenvolvimento.

Résumé

Les rapports entre "patrimoine" et "tourisme" méritent sans doute une réflexion continuelle et chaque fois plus approfondie.

La pensée scientifique avance de plus en plus dans le sens de l'analyse correcte des causes et des conséquences de ces rapports.

Cependant, l'importance économique croissante des faits du tourisme font passer souvent pour un deuxième rang, soit les éclaircissements que résultent des susdites analyses scientifiques, soit les paramètres anthropologiques fondamentaux du phénomène touristique en soi même. En dépit de tout, l'accroissement économique a outrance, se superpose au développement.

Au-delà d'autres aspects, le patrimoine - particulièrement le patrimoine historique-culturel - se montre dans ce contexte comme un objet de consommation gratuite, du moins pas toujours considérée comme digne de retirer des profits pour sa sauvegard, préservation, maintien ou réparation, des revenus du tourisme.

Le problème, toutefois, ne pourra pas avoir solution que par l'Éducation.

Mots-clés: Patrimoine. Tourisme. Accroissement économique. Développement.

Abstract

The relations between "cultural inheritance" and "tourism", with any doubt, deserve a continuous reflection and a more deepen effort.

The scientific thought advance more and more on the sense of the correct analysis of the causes and the consequences of those relations.

On another hand, the growing economical importance of the facts of tourism often relegate to a second rank, the explanations resulted of the mentioned above scientific analysis, or the anthropological parameters of the tourist phenomenon itself. The economical growth "a outrance" go on top of the development.

* Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Beyond other aspects, the "cultural inheritance", appear on this context as free consumer goods, at least not always respected as worthy to benefit, for its safeguard, preservation, conservation or restoration, of the tourist profits.

The problem, however, could not have a solution than by the education.

KeyWords: Cultural heritage. Tourism. Economical growth. Development.

Sem qualquer sombra de dúvida, o turismo tem hoje em dia, e mais que nunca, uma importância fundamental no plano e nas perspectivas da economia de múltiplos Países do mundo inteiro.

Não é mesmo raro que, para alguns deles, o desequilíbrio das respectivas balanças de pagamentos externos seja fortemente atenuado pelo menos, pelos resultados da significativamente chamada "indústria do turismo".

Isto é mesmo um argumento que, mais ou menos habilmente apresentado tem por vezes dado origem a excessos, pois que aparece aos olhos de muitos como panaceia quase absoluta para resolver as consequências de problemas estruturais de base, fazendo confundir crescimento económico com desenvolvimento.

Normalmente, nestes casos, melhor, em muitos desses casos em que esse tipo de argumentação prevalece, pouco mais se faz do que adiar soluções e, quiçá, diferi-las acrescentadas e, quantas vezes, irremediáveis, para as gerações seguintes.

Já em outras ocasiões nos debruçamos sobre um que outro aspecto desta mesma problemática, como foi o caso no III Colóquio de Turismo "75 Anos de Turismo em Portugal", realizado na Póvoa de Varzim em 1986 e, mais recentemente, no Seminário Internacional "Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança", realizado no princípio de 1992 pela Comissão de Coordenação da Região Centro, em Coimbra.

No primeiro, foram as perspectivas antropológicas do turismo que nos interessaram - "O Turismo sob uma perspectiva Antropológica"; no segundo, de forma interrogativa, questionava-se não a totalidade dos "patrimónios" ao serviço do turismo mas tão somente a compreensão do "património cultural ao serviço do turismo" no confronto do que pode chamar-se a componente muito esquecida do "turismo ao serviço do património cultural".

Naturalmente o nosso âmbito não pode considerar nenhuma outra asserção de "património" que não seja o conjunto de valores que são "dados" e não os "equipamentos" e as "infra-estruturas" que, sendo também valores e, consequentemente património, são criadas e

organizadas para dar suporte às múltiplas actividades que interactivamente e em cadeias de solidariedade e dinâmica económica usufruem daqueles.

Na realidade o que pensamos trazer aqui novamente a esta reunião¹ não é mais nem menos que uma reflexão sobre um aspecto que frequentemente é pouco focado e que continua sempre injustamente esquecido.

Trata-se simplesmente de trazer à luz das discussões, numa perspectiva pedagógica, a conveniência de se realçar e sublinhar a importância que tem para um desenvolvimento equilibrado e justo da "indústria do turismo" - tal como sucede, aliás, em qualquer tipo de empreendimento produtivo - a necessidade de orçamentar todas as despesas, incluindo as dos custos de manutenção e preservação contra o desgaste que o próprio usufruir do património ambiental sofre com essas actividades lucrativas.

De facto, não é correcto que parte do lucro dos empreendimentos seja contabilizado à custa de uma nula, ou quase, participação específica nas despesas com a salvaguarda - preservação, conservação e restauro - dos "dados", isto é, dos valores que, muitas vezes, e em larga percentagem, constituem o "capital" de atracção que suporta e justifica os empreendimentos.

Impõe-se ensinar não só a não utilizar esses valores para além dos limites do razoável, para além do nível de risco relativamente à sua própria existência. É necessário continuar a ensinar também a preservá-los, a reabilitá-los, a restaurá-los. É fundamental ainda, que para além disso as decisões "económicas" das actividades de turismo considerem inequivocamente a necessidade de reservar uma percentagem do lucro que auferem para atribuição específica às medidas atinentes às acções de salvaguarda, para não dizer mesmo, da própria criação desse tipo de património. Neste

¹ Com algumas ligeiras adaptações, o texto recentemente apresentado no III Fórum de Turismo, organizado pela Profitecla, Lda, a 1/Julho/92, em Coimbra - Comissão de Coordenação da Região Centro, foi também apresentado na 6ª Conferência Internacional de Educação Ambiental - Ambiente e Turismo, realizada em Troia, 15-17/Junho/92, no quadro da "Internacional Caretakers of the Environment".

particular, é normalmente o património cultural, histórico e ambiental, que mais é desprezado.

-oOo-

Não creio que seja neste momento necessário historiar o fenómeno do turismo que, em boa verdade, se pode rastrear desde muito cedo no âmbito da história das sociedades humanas.

Desse facto dei algumas desprezíveis notas em trabalho anterior, feito para o acima referido III Colóquio de Turismo "75 Anos de Turismo em Portugal", realizado em 1986 na Póvoa de Varzim².

Aí procurei reflectir principalmente sobre o eminente carácter antropológico do turismo e, consequentemente, sobre as implicações que tal cunho basilár impõe.

Escrevi então que "o turismo, antes de mais, deve ser encarado, por quem quiser compreendê-lo globalmente, sob uma perspectiva antropológica, isto é, sob o denominador comum da *res humanitas*."

Mas, esse entendimento necessário é fundamental e desejável que seja também equacionado sob o ângulo dos problemas que cria, "de não menor delicadeza metodológica" e "que se impõe considerar cuidadosamente para não distorcer essa compreensão".

Por outras palavras, o turismo, como facto antropológico, tem de ser integrado numa dinâmica própria, cujas vertentes maiores e essenciais, serão:

"1º - Como *res humanitas* tem um entendimento fundamental, isto é, o das motivações primordiais da sua razão de existir em todos os aspectos, modalidades, formas, enfim, em todos os sentidos que enformam as suas múltiplas expressões de procura;

2º - como oferta, integrado num sistema mais geral e nas suas dinâmicas, tem todas as complexidades que resultam da natural interactividade e não menor interdependência das várias concepções de valor dos dados e das fronteiras do seu aproveitamento numa perspectiva de economia."

Afirmei ainda que "Este é (melhor talvez, direi agora, deve ser) o binário fundamental da

realidade do turismo e do equilíbrio das forças inerentes em presença, do jogo das quais resultará a correspondência, positiva ou não, com os fundamentos antropológicos do fenómeno".

Daqui resulta, creio, não ser difícil aceitar que importa reter, antes de tudo o mais, dois tipos de parâmetros básicos, isto é, as motivações primordiais e o valor dos dados.

Na sequência de um recente trabalho para avaliação académica, um jovem finalista do Seminário que dirijo sobre a Geografia da Comunidade Europeia³ notava com discernimento uma diferença essencial entre os "guias verdes" e os "guias vermelhos" da Michelin.

Os primeiros "essencialmente, dedicados à descrição das curiosidades turísticas em pormenor, incluindo fotografias, imagens e detalhes históricos, geográficos e económicos...", ou ainda "...curiosidades...", pretendem ser, de certo modo, suscitadores e mesmo criadores-orientadores de motivações primordiais, através da maior ou menor expressão qualitativa dos dados, isto é, do seu valor atractivo como tal.

O nível do tratamento que a estas informações pode ser dedicado, por exemplo, o rigor científico, a qualidade e probidade intelectual do texto, a apresentação, enfim, a validade da sua fundamentação e a dos documentos utilizados, podem muito bem ser, sem excessiva erudição, de uma polivalência evidente e muito interessante.

Em princípio, a qualidade da "informação com finalidade turística" que apresentem dar-lhes-á como que uma espécie de valor acrescentado daquela outra qualidade básica.

O seu tratamento dir-se-á então que não tendo por fito imediato uma simples divulgação geral, pode assumir-se como um correcto instrumento de "marketing" do turismo.

Os segundos, os "guias vermelhos", não descendo ao pormenor sobre os dados, mas sem deixar de referenciar os mais significativos (por exemplo, os valores ambivalentes da gastronomia local ou regional), privilegiam essencialmente os equipamentos-suporte (hotéis, restaurantes, etc.) do turismo.

À primeira vista parece despicienda esta notação diferencial mas, na realidade, o seu aparecimento - "guias verdes", "guias vermelhos" - tem uma explicação compreensível na dimensão de complementaridade do binómio fundamental dos fenómenos do turismo. Eles constituem, para o mercado que lhes está subjacente, uma espécie

² "O turismo segundo uma perspectiva antropológica", in "Miscelânea em honra do Doutor Amorim Girão", "Biblos" Vol. LXV (1989), Coimbra, Faculdade de Letras.

³ Alexandre José dos Reis Leitão, "Pontos de interesse Turístico na Europa Ocidental com base nos Guias Michelin - Uma perspectiva pessoal" - 1992

de pressão específica e qualificada que pretende, mais que criar, orientar a procura.

Esta dimensão tem evidentemente um cariz de "marketing" e, conseqüentemente, é muitas vezes, de forma compreensível, objecto de cuidados particulares.

Alguns aspectos das realidades motoras - as motivações primordiais - são curiosamente corroborados pelo resultado de inquéritos oficiais, embora, em certos casos, sob formas muito curiosas e inesperadas.

Mediante inquérito e sequente relatório, efectuados pela Direcção-Geral das Comunidades Económicas Europeias em 1988 - "Os europeus e as suas férias", citado por outro dos meus finalistas⁴, como motivações prioritárias da escolha do local ou locais de férias dos europeus comunitários, aparece-nos em primeiro lugar com 56%, o interesse em visitar "zonas naturais de excepcional beleza", seguido de 37% que declaram o seu interesse por "regiões não exploradas pelo homem".

No entanto, do mesmo relatório decorre uma interpretação minimizante do significado dos 37% de inquiridos que preferem também regiões inexploradas. Estes 37% integrarão, presumo, simplesmente os 3% de europeus dos cerca de 140 milhões que declararam ter feito férias fora da Europa. A menos que se trate de uma surpreendente e inesperada revelação da existência de tanto espaço desconhecido, isto é, ainda inexplorado, nesta velha Europa, assim capaz ainda de atrair... alpinistas, espeleólogos, quicá, arqueólogos e biólogos subaquáticos.

Entretanto, 28% dos inquiridos afirmam ter como motivações de escolha "monumentos, museus e galerias de arte". O "custo de vida moderado", "sentir-se em terra estranha", "hotéis confortáveis", "tempos livres (cinema, vida nocturna, parques, etc.)" e "possibilidades de participar em actividades desportivas" são outras motivações adiantadas.

Deve dizer-se, todavia, que as expressões percentuais indicadas resultam de um somatório segundo uma ordenação de prioridades de escolha dos inquiridos pois que a soma das percentagens indicadas para cada tipo de motivação considerado é superior a 100%.

Porém, o importante é referir que, depois de uma expressão de prioridade relativa a características, diríamos, ambientais num sentido

amplo⁵ e, salvaguardada a referência aos "custos de vida moderados", com 34% e com 28%, respectivamente, destacam-se motivações claramente culturais que retêm, na expressão usada, a importância de outro tipo de património - o património histórico-cultural nas suas múltiplas facetas, domínios e tipos - cujo valor intrínseco escapa indubitavelmente, em muitos casos e em certa medida, às leis do mercado.

Naturalmente, o sentido desta afirmação de imunidade em face das leis do mercado não tem carácter absoluto e universal e carece sempre, portanto, de um estatuto que lhes deve ser oficialmente atribuído e reconhecido, no contexto de uma ética especial cuja finalidade apontará logicamente para a sua salvaguarda.

Esta, por sua vez, deverá passar por duas linhas de força de natureza política fundamentais para poder travar-se a tendência entrópica do sentido da aviltação do seu valor no confronto com os demais valores essencialmente de natureza económica, como se se tratasse também de simples bens de consumo.

Quanto à primeira, refiro-me naturalmente a todo o necessário esforço concertado, nomeadamente o da inventariação e classificação, no sentido da preservação, conservação e restauração das várias expressões desse tipo de património; ao imprescindível reconhecimento inequívoco das competências para as acções de intervenção necessárias e o da responsabilização para a cobertura das conseqüentes despesas que tudo isso importa, pelos diferentes níveis político-administrativos: local, regional, enfim, nacional.

Quanto à segunda, a sua natureza é de ordem eminentemente educacional, de formação cívica e de informação cultural.

Não se ama o que não se conhece, diz-se vulgarmente.

Não se ama, particularmente, aquilo de que simplesmente nos servimos ou consumimos.

Amar é, sem dúvida, um critério basilar de destreza, mas deve ser ao mesmo tempo uma forma de posse desinteressada; pressupõe portanto uma atitude de espírito em relação ao objecto amado que é essencialmente empática, como se se tratasse de uma participação real no seu valor e, de tal forma, que se pode considerar como transcendendo o sentido de posse, isto é, sublimando-o.

A educação-instrução conducente à necessária compreensão dos valores patrimoniais de carácter

⁴ Paula Nunes, "Turismo na Comunidade Europeia", 1992

⁵ Repare-se que se fala de "zonas naturais" e de "regiões não exploradas pelo homem", a que, no nosso entender, seria mais correcto chamar meios em vez de ambientes.

histórico-cultural deve pois iniciar-se especificamente e impregnar pedagógica e didacticamente as "primeiras letras" e, embora não tenha limite temporal, deve ser prioritária num articulado contexto formativo, a pontos de constituir a própria super-estrutura da chamada escolaridade obrigatória⁶.

Pode certamente compreender-se por que razão, num complexo temático - "Património, Autarquia e Turismo" - me propus tratar de "Património ao Serviço do Turismo" e fiz algumas considerações aparentemente não relacionadas com a temática geral proposta. É que só poderei entender um conceito liminar de ambiente se o ligar estreitamente ao homem. Isto é, qualquer que seja o nível da intervenção deste, naturalmente considerado como grupo e não como indivíduo, um ambiente é sempre um complexo de circunstâncias espaço-temporais concretas, em contínuo devir, cujos traços distintivos maiores são o resultado mais ou menos profundo, mais ou menos intensivo, mais ou menos denso, da presença do homem no seu contínuo esforço de "apropriação" do espaço⁷.

Ora, apesar das glórias e brilhos dos espaços naturais - onde a única razão que neles imperou e impera será a das leis físico-naturais - é nos espaços humanizados que é possível verem-se plasmadas as marcas do seu esplendor criativo (infelizmente também, é certo, o negror das suas misérias), enfim, são eles o grande livro aberto da própria história do homem.

O património cultural, é neste contexto um compósito testemunho do lado positivo dessa história; são páginas avulsas desse livro que nunca se repete e jamais se poderá reescrever. Cada atentado que se lhe faça é como arrancar uma dessas páginas, é, portanto, trincar a própria memória colectiva da humanidade.

O património cultural é pois, como é sabido, um importante mas complexo dado motivador que pode vir a ser e, afinal, vem sendo cada vez mais, suscitador de uma certa e crescente procura qualificada, mas também de uma procura de massa, que aumenta de ano para ano, como nos mostram as estatísticas⁸.

⁶ Naturalmente não há exclusão de qualquer tipo de valores, como por exemplo, os naturais. O que importa é considerá-los a todos segundo uma escala onde a positividade da criação humana marque as prioridades.

⁷ No sentido de "tomar próprio para" e não no de "tomar posse".

⁸ O aumento de interesse e sequente procura de massa pode ser um bom indicador de desenvolvimento, e não só de crescimento económico, das Sociedades.

Porém, as consequências desse facto de evolução são notórias: lembremos só os casos das Grutas de Lascaux e das suas soberbas pinturas rupestres; os assustadores indícios da chamada "lepra" de alguns pigmentos cromáticos das pinturas "afresco" ou sobre outros suportes e outras técnicas; a meteorização crescente e acelerada de certos materiais pétreos de monumentos e estatuária, expostos aos efeitos resultantes das intensas e acrescentadas circulações urbanas motorizadas, a que se somam as consequências de certas expressões de vandalismo destrutivo, sejam elas o uso e abuso dos "sprays" de pigmentos tixotrópicos com que se maculam as superfícies de determinados materiais de rocha de monumentos e paredes com "grafitti", ou as resultantes das actuais ocorrências nos Balkans ou ainda as de uma marginalidade social criminosa também na forma de roubo e de tráfico clandestino de espécimes e peças cujo valor cultural artístico e histórico é facilmente despertador de ganâncias e egoísmos estéreis.

É certo que alertados, os responsáveis tentam definir em tratados e diplomas de base uma nova compreensão política das dimensões deste tipo de património.

O recente Tratado de Maastricht, por exemplo, reflecte já, também sintomaticamente, este facto.

Entre os textos aditados aos anteriores Tratado de Roma e o chamado Acto Único, no Título IX - A Cultura, Artº 128º, refere-se no seu ponto 1 que "A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum."

No ponto 2 lê-se ainda que "A acção da Comunidade tem por objectivo incentivar a cooperação entre Estados-membros e, se necessário, apoiar e completar a sua acção nos seguintes domínios:

- melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus.
- conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia.
- intercâmbios culturais não comerciais.
- criação artística e literária, incluindo o sector audiovisual.

-----"

Presumo que ninguém terá dúvidas acerca da importância do património cultural, especialmente o construído ou de qualquer outra forma concretizada numa expressão física perene, para o conjunto das motivações primordiais de

algumas crescentes linhas de procura turística. Por outro lado, creio também que se não duvidará do desgaste e de certos níveis de risco que impendem sobre o objecto ou objectos dessas correntes turísticas.

Todavia, esses mesmos objectos - o património cultural sob múltiplas das suas formas - que são dados do processo dinâmico do fenómeno turístico, são quase autenticamente explorados como bens de consumo sem dono, com os quais se conta para engrossar cada vez mais, se possível, as "acrescentadas torrentes" - passe a expressão - dos ávidos de convivência, nem que seja fugaz, com esses valores culturais, sem que todavia se contabilize no orçamento dos empreendimentos de prestação de serviços ao turismo - seus mais amplos e directos beneficiários - a participação nos custos da suas necessárias e mais que convenientes acções de salvaguarda, preservação, conservação ou restauro.

Alguns dos ambientes mais refinados e de mais elevada expressão patrimonial são os que têm em forma de património cultural os seus "ligh-motif". Não compreender a necessidade de

medidas de salvaguarda no sentido de evitar a sua irremediável degradação na sua ausência, constitui de facto um atentado tão grave aos "recursos" do nosso planeta como o são o desbaste incontrolado e indiscriminado da floresta amazónica ou a caça à baleia nos oceanos.

É pois ainda de educação ambiental que se trata afinal na minha despretensiosa intervenção hoje e aqui neste Fórum.

De facto, o conceito de "protecção do ambiente" tem que transformar-se, não pode e não deve continuar a ser uma espécie de bandeira, talvez um símbolo, quase um mito.

É necessário que essa bandeira, esse símbolo, esse quase mito, se torne num padrão de cultura, num imperativo ético tão natural como o ritmo sadio de um coração quando pulsa e vai marcando em cada um de nós, até ao fim, o tempo do nosso existir.

Tão profunda transmutação - porque é de facto uma profunda transmutação de mentalidades - não se impõe.

Só há uma forma para a fazer: EDUCAR.